

P. 11

ANC - CPEC

A fórmula do passa-adiante

Villas-Bôas Corrêa

SE a comissão de notáveis presidida por mestre Afonso Arinos para elaborar um anteprojeto de Constituição concluisse por sugerir a adoção do parlamentarismo, criaria para o Presidente José Sarney um insuperável constrangimento.

Ora, o Presidente Sarney não tem como ignorar simplesmente o trabalho de uma grande comissão composta por figuras eminentes e descartar-se de um possível embaraço com o singelo despacho do "arquite-se". Mas, ao mesmo tempo, no instante em que encaminhar ao Congresso-Constituinte o anteprojeto da Comissão, o Governo estará encampando-o, ainda que se acautele com ressalvas, pretextando que a conclusão não é sua, mas de especialistas que elaboraram o texto a seu pedido.

Lá é verdade que há muito tempo pela frente para compor, com a devida antecipação, situações delicadas. Em todo o caso, não há mal que se cuide desde já de fórmulas para contornar melindres e saltar por cima de suscetibilidades.



O Professor Afonso Arinos é um político de larga experiência e um temperamento tendente à conciliação. Nele o Presidente certamente encontrará a competência e a boa vontade para articular saídas que não arranhem a nenhuma das partes.

E é por aí que as conversas se encaminham. Uma óbvia constatação preliminar ajuda a construir a solução perfeita. A Constituinte é soberana e, portanto, tudo que for a ela encaminhado terá sempre o caráter de mera sugestão, de subsídio.

O Presidente José Sarney vem se conduzindo politicamente com exagerado comedimento. Como é um Presidente que assumiu por artes do acaso e não conta com uma base política ou parlamentar própria — mas que se arranja com a que herdou da Aliança Democrática, armada para o Presidente Tancredo Neves — a sua tática tem sido a de precatar-se, poupando-se com a excessiva e intencional reverência à autonomia dos outros.

O Presidente não exige nada do Congresso; negocia e compõe. Os riscos a que o Presidente se expôs no episódio do pacote econômico foram uma exceção que deve ser creditada ao temperamento audacioso do Ministro Dílson Funaro.

Por que alterar o que vem dando certo na mais delicada das opções?

Parece que o bom senso está aconselhando que a

comissão e o Presidente se entendam desde logo sobre esse ponto essencial: nem a comissão criará problemas políticos ao Presidente, propondo fórmulas definitivas, nem o Presidente atropelará a Constituinte, oferecendo-lhe um texto pronto e acabado para simples sanção.

Se ainda há muito prazo para sedimentar habilidades, o tempo que o Governo realmente terá para decidir será relativamente curto. Por que a evidência que salta aos olhos desde já é que a Constituinte decidirá os temas políticos essenciais muito condicionada pelo quadro político da ocasião. Como, portanto, armar especulações no espaço?

O Presidente José Sarney não pode racionalmente prever como andar o seu Governo e o seu índice pessoal de popularidade pelas alturas de 87. E se ambos, então, estiverem em baixa? Seria um suicídio estúpido um governo impopular traçar rumos a uma Constituinte inflada de soberania e com mandato recente, ainda com cheiro de urna. E mesmo, dadas as circunstâncias, sequer o êxito do Governo assegura uma liderança sólida sobre a Constituinte conflitante, sacudida pelas controvérsias.

Tais ponderações indicam a alternativa provável porque é a mais sensata. A comissão Afonso Arinos, pousada na sua responsabilidade e na exata consciência da sua missão, começaria por facilitar as coisas encami-

Ass. Const

nhando ao Governo fórmulas opcionais para os grandes temas controversos. Como a definição do regime. A comissão poderá manifestar a sua preferência, apurada pela apuração da maioria, mas não estará impedida de analisar também o outro lado e armando uma receita para a sua aplicação.

Nas águas mansas da comissão, o Governo colocaria o seu barco. Adotando a saída esperta de firmar a sua preferência apenas como quem não quer omitir-se e abre o peito para dizer o que pensa, mas passando adiante, na íntegra, o anteprojeto da comissão.

É possível que as circunstâncias alterem o que é apenas o registro de uma conjectura hábil. Mas não se pode negar que a equação é irrepreensível. Todos se salvam sem escoriações e sem fraturas. A comissão terá o seu trabalho respeitado, entendido e reafirmado como de sugestão de alto nível. O Presidente, por sua vez, dignificará a comissão que ele nomeou, acolhendo decisão do Presidente Tancredo Neves.

E, no final da linha, a Constituinte não terá o que reclamar em pruridos de exacerbação. Ninguém estará se intrometendo na sua soberania. Agora, seria presunção demais rejeitar como impertinente um anteprojeto armado, por uma comissão que representa, na especialidade, muito do que o país tem de mais expressivo.